

ATA N.º 02/2014

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 29 de abril de 2014 -----

----- Aos 29 dias do mês de abril de 2014, pelas 14,45 horas, no Auditório do Biocant, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara;-----
- 2 - Apreciação, discussão e votação da minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Cantanhede, a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA e as Juntas de Freguesia do Concelho, relativo à Manutenção e Tratamento de Áreas Ajardinadas 2014;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Cantanhede;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Cantanhede;-
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Cantanhede;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de prorrogação por mais um ano da suspensão do Plano Pormenor da Zona Sul de Cantanhede e estabelecimento simultâneo de Medidas Preventivas;-----
- 7 – Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Cantanhede ao Presidente da Comissão Europeia, Dr. José Manuel Durão Barroso / Concordância e ratificação;-----
- 8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União

das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, destinado à requalificação da Escola Velha de Lemedede;-----

9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil, destinado a participar a VII Mostra Gastronómica de Outil;-----

10 - Apreciação, discussão e votação da transferência de verbas da Direção-Geral de Administração Interna, respeitante ao Recenseamento Eleitoral 2014, para as Juntas de Freguesia do Concelho;-----

11 - Apreciação, discussão e votação das condições da concessão da Exploração do Bar/Quiosque junto ao Largo de S. Mateus, na cidade de Cantanhede / Abertura de Concurso Público;-----

12 - Comunicação dos compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 27/12/2013 / Para conhecimento;-----

13 - Apreciação, discussão e votação da alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2014;-----

14 - Apreciação, discussão e votação da relação de bens que constituem o inventário municipal no Ano de 2013;-----

15 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Nomeação do Auditor Externo responsável pela certificação legal das contas do Município de Cantanhede;-----

16 - Apreciação, discussão e votação do 1.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede;-----

17 - Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2013;-----

----- Após visita guiada às instalações do Biocant, foi formalmente iniciada a sessão pelas 16h00, tendo o Sr. Presidente da Assembleia conferido com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes:-----

----- Justificação da falta da Segunda Secretária, Sr.ª Eng.ª Lúcia Maria Jorge Costa e Silva Pessoa e do Presidente da Junta da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Sr. Enf.º Egídio Manuel Patrão Cruz dos Reis, ambos por motivos pessoais, bem como da Sr.ª Prof.ª Maria Manuel de Oliveira Fael Gonçalves de Matos, do Sr. Manuel Madeira Teixeira, do Sr. Dr. Fernando de Oliveira Simão, da Sr.ª Enf.ª Helena Maria dos Santos Fernandes e do Sr. Eng.º Rogério Paulo Simões Marques, por motivos profissionais, conforme documentos apresentados.----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 01/2014, da sessão da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2014, que posta à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 29 de fevereiro a 29 de abril de 2014, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, deu início ao período Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que, no seguimento do processo do Hospital Arcebispo João Crisóstomo e da posição pública do Executivo, nada há de novo a acrescentar, mantendo-se a mesma decisão, isto é, a

manutenção do Hospital Arcebispo João Crisóstomo nos moldes em que está atualmente, na esfera do Serviço Nacional de Saúde, enquanto entidade pública do Ministério da Saúde, a gerir o Hospital. Informou ainda que, com a recente publicação da Portaria do Ministério da Saúde n.º 82/2014, de 10 de abril, o Hospital Arcebispo João Crisóstomo não aparece na nova rede hospitalar, assim como os hospitais de Anadia e Ovar, tendo o Executivo concluído, no primeiro momento, que há indícios de que é intenção do Ministério da Saúde colocá-los nas mãos da Misericórdia, o que, até agora, nunca aconteceu. Acrescentou que, existe uma posição pouco clara por parte do Ministério da Saúde em relação ao assunto, pois não revela, preto no branco, quais são efetivamente as suas intenções, continuando com indefinições, levando o Executivo a tomar uma posição. De seguida colocou à consideração da Assembleia Municipal uma moção, a ser posteriormente enviada ao Ministro da Saúde, do seguinte teor: *“MOÇÃO SOBRE A PORTARIA N.º 82/2014, DE 10 DE ABRIL, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE EM DEFESA DA MANUTENÇÃO DO HOSPITAL ARCEBISPO JOÃO CRISÓSTOMO NO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE - Face ao teor da Portaria do Ministério da Saúde n.º 82/2014, de 10 de abril, que publica a lista das unidades de saúde que integram a rede hospitalar, na qual não consta a referência ao Hospital Arcebispo João Crisóstomo, impõe-se mais uma tomada de posição firme contra um processo que desde a primeira hora mereceu a oposição frontal do Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede. Embora não clarifique a situação em que o Hospital Arcebispo João Crisóstomo irá desenvolver a sua atividade no futuro, tal diploma vai no sentido que confirma os piores receios de quem se tem batido intransigentemente pela manutenção do estatuto da referida unidade hospitalar, na defesa dos legítimos direitos e interesses dos cidadãos do Município de Cantanhede. Nesse sentido, solicitamos ao Senhor*

Ministro da Saúde que esclareça qual o enquadramento previsto para o Hospital Arcebispo João Crisóstomo e reafirmamos a nossa total oposição à transferência da sua gestão para a União das Misericórdias Portuguesas, pelos fundamentos já por diversas vezes enunciados nos seguintes termos: 1. O Hospital Arcebispo João Crisóstomo está a cumprir exemplarmente a sua missão e tem uma gestão que dá garantias de sustentabilidade financeira, o que de resto é comprovado pelo prémio nacional que recebeu por esse facto; 2. O Hospital Arcebispo João Crisóstomo deve ficar integrado no Serviço Nacional de Saúde, mantendo o estatuto de hospital distrital de âmbito sub-regional, por forma a preservar o carácter de serviço público a uma população de mais de 60 mil habitantes, uma vez que serve outros concelhos limítrofes; 3. O proponente da presente moção opõe-se a qualquer medida que ponha em causa os postos de trabalho dos funcionários do Hospital de Cantanhede, independentemente do seu vínculo contratual, e pretende que fiquem devidamente acauteladas as condições que permitam ao Hospital de Cantanhede continuar a cumprir a sua missão, mantendo os serviços a funcionar com a qualidade que se lhes reconhece. 4. Reclama ainda o cumprimento integral do protocolo celebrado entre o Município de Cantanhede e Ministério da Saúde, em 24 de fevereiro de 2007, no âmbito do qual se manteve o atendimento dos utentes num horário que permite dar resposta à generalidade das solicitações no serviço de Assistência Médica não Programada (Consulta Aberta). Esse protocolo refere ainda: a) A criação de condições para o Hospital de Cantanhede prestar cuidados continuados de convalescença e paliativos, bem como cirurgia de ambulatório; b) A manutenção das atuais consultas de especialidade e o alargamento, em articulação com o Centro de Saúde, das consultas de outras especialidades mais solicitadas, como neurologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, cardiologia e urologia; c) O funcionamento, no

Concelho de Cantanhede, de uma ambulância de Suporte Imediato de Vida (SIV) com profissionais de saúde especializados; d) Reabilitação e requalificação das Extensões de Saúde/Unidades de Saúde Familiar (USF). 5. Lembramos ainda que a Câmara Municipal tem sido parceiro do Ministério da Saúde na requalificação das Extensões de Saúde/Unidades de Saúde Familiar, tendo cumprido exemplarmente com aquilo que se comprometeu nos acordos celebrados com a tutela; 6. E recordamos ainda que Câmara Municipal de Cantanhede assegura desde há vários anos o funcionamento dos Postos de Atendimento de Cuidados de Enfermagem nas zonas do território do concelho onde não existem extensões de saúde; Considerando que os aspetos enunciados são determinantes para garantir o acesso aos cuidados de saúde de qualidade e para o bem-estar, a qualidade de vida e a segurança dos cidadãos do Concelho de Cantanhede, o proponente da presente moção solicita a V. Ex.^a se digne acionar os mecanismos necessários para que o Hospital Arcebispo João Crisóstomo se mantenha integrado no Serviço Nacional de Saúde e proceda de modo a que sejam devidamente equacionadas as restantes questões referidas. Cantanhede, 29 de abril de 2014. O Presidente da Câmara Municipal (João Carlos Vidaurre Pais de Moura).”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, recordou que na última Assembleia foi votada uma moção sobre o mesmo assunto, sendo que, com a publicação de nova legislação, houveram algumas alterações, tendo de seguida colocado à votação a aceitação daquela moção para discussão, tendo esta sido aprovada, por unanimidade, para discussão.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes, afirmou que, a partir do momento que uma moção é apresentada à Assembleia, ela tem de ser discutida, aprovada ou chumbada, não sendo necessário

colocá-la à votação para discussão ou não, e informando que a bancada do Partido Socialista também trazia uma moção em defesa do Serviço Nacional de Saúde e do Hospital no seu todo. De seguida, acrescentou que, de facto, a Portaria n.º 82/2014 constitui um violento ataque ao Serviço Nacional de Saúde e ao direito constitucional à saúde, visando o desmantelamento da rede hospitalar pública e com claros prejuízos para os hospitais de Cantanhede, de Ovar e de Estarreja. Referiu ainda que, a opção pelo modelo do Serviço Nacional de Saúde é hoje reconhecida como a melhor forma de garantir os valores de acesso e de equidade e da solidariedade, tendo sido um fator de coesão nacional e de avanço civilizacional. Informou também que, no ponto de vista da bancada do PS, aquela Portaria apenas reclassifica os hospitais de acordo com o seu grau de diferenciação e nada tem a ver com a reforma hospitalar. Finalmente, informou que a Bancada do Partido Socialista se associa à Moção apresentada pelo Executivo, na defesa do Hospital de Cantanhede para que se mantenha integrado no Serviço Nacional de Saúde, e que se deveria exigir a revisão da Portaria n.º 82/2014. -----

----- Tomando a palavra, o Sr. Presidente da Mesa, esclareceu que, tem sido sempre a prática da Assembleia Municipal, mesmo em anteriores mandatos que haja votação para aprovar ou não a aceitação e discussão das moções apresentadas.-----

----- Falou o Sr. Dr. Carlos Pessoa, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou comungar da Moção lida pelo Sr. Presidente da Câmara, relativa à posição que o Município deve tomar quanto aquela questão. De seguida afirmou que o assunto em causa deveria unir as duas Bancadas e não as dividir, considerando que ambas se deveriam focar apenas na defesa da manutenção do Hospital de Cantanhede, porque todos representam o concelho, pelo que sugeriu

que, se a Bancada do Partido Socialista assim o entendesse poderiam analisar as duas moções apresentadas, mas com foco centrado no Hospital de Cantanhede.-----

----- Interveio o Sr. Prof. Abel Carapêto, afirmando que a Bancada do Partido Socialista está disponível para se associar à Moção apresentada, sugerindo que a mesma se passe a denominar “EM DEFESA DO HOSPITAL DE CANTANHEDE NO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE”, uma vez que o que se pretende é isso mesmo, que o Hospital de Cantanhede se mantenha no Serviço Nacional de Saúde.-----

----- Respondeu o Sr. Dr. Carlos Pessoa, não se opor àquele título, desde que o Sr. Presidente da Câmara também não se oponha e porque de facto é esse o espírito daquela Moção.-----

----- Foi dada a palavra à Sr.^a D.^a Armanda Gavião, a qual afirmou que se trata, por parte do Governo de medidas simplesmente eleitoristas e que é necessário reagir para que o hospital de Cantanhede continue a pertencer ao Serviço Nacional de Saúde.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa verificando que havia consenso entre as duas Bancadas colocou à votação a Moção apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra à Sr.^a Enf.^a Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, lembrou que, na última Assembleia Municipal a Bancada do PS apresentou uma moção em defesa da reabertura das extensões de saúde da União de Freguesias do Corticeiro e Vilamar e da freguesia de S. Caetano, a qual foi rejeitada pela Assembleia, com justificações dadas na altura, quer pelos senhores Presidentes de Junta, quer pelo senhor Presidente da Câmara, que o assunto se iria resolver a curto prazo, tendo esse compromisso sido assumido pelo Presidente da Administração Regional de Saúde do Centro. Como

até à data ainda não houve evolução nenhuma sobre o assunto, a Bancada do Partido Socialista apresenta, novamente uma moção à Assembleia, do seguinte teor:

“EM DEFESA DA REABERTURA DAS EXTENSÕES DE SAÚDE NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILAMAR CORTICEIRO DE CIMA E FREGUESIA DE SÃO CAETANO - Os Deputados da Assembleia Municipal de Cantanhede eleitos pelo Partido Socialista (PS) apresentam-se em defesa da reabertura e manutenção das extensões de saúde, na União de freguesias de Vilamar/Corticeiro de Cima e freguesia de São Caetano. Considerando a falta de acessibilidade e equidade no acesso aos cuidados de saúde por parte dos cidadãos residentes nestas freguesias; Considerando a decisão da Câmara Municipal, em manter os postos de enfermagem nas freguesias que não dispõem de extensões de saúde; Considerando o envelhecimento da população do nosso Concelho, que por si só justifica a necessidade de cuidados de proximidade; Considerando a dificuldade de deslocação das pessoas, uma vez que os transportes públicos são escassos e a grande parte não possui meio de transporte próprio; Considerando que se tem vindo a verificar uma afluência elevadíssima aos serviços de urgência, em grande parte dos casos, justificada pela ineficiência e falta de resposta em tempo útil pelos cuidados de saúde primárias, o que se torna bastante oneroso, quer para os cidadãos, quer para o Serviço Nacional de Saúde; Considerando ainda as competências atribuídas às juntas de freguesias no sentido de promover o acesso a cuidados de saúde por parte dos seus cidadãos. Os Deputados da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista (PS), reunida a 29 de Abril de 2014, propõem que a União de Freguesias de Vilamar/Corticeiro de Cima e freguesia de São Caetano em parceria com a Câmara Municipal, diligenciem todos os esforços junto da Administração Regional de Saúde do Centro, IP (ARS)

no sentido de reabrir as extensões de saúde que foram encerradas, por forma a repor e assegurar a totalidade dos cuidados de Saúde aos cidadãos residentes nas referidas freguesias, de forma a assegurar e garantir mais e melhor saúde, bem como, a manutenção de cuidados de proximidade. Até que a situação se resolva, é exigível que a semelhança dos acordos de pareceria, realizados para as juntas de freguesia que não possuem extensões de saúde, o executivo da Câmara Municipal e os autarcas das juntas de freguesia, incluam nesse conjunto de acordos as juntas de freguesia de Vilamar/Corticeiro de Cima e freguesia de São Caetano. Salieta-se ainda a necessidade de neste acordo integrar cuidados médicos e de enfermagem. A presente Moção deverá ser enviada: A Sua Excelência o Presidente da República, A Sua Excelência o Primeiro-ministro. A Sua Excelência o Ministro da Saúde. A Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde. A todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República. À Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. À Administração Regional do Centro, IP. Os deputados Municipais do Partido Socialista.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa informou ter recebido a Moção apresentada pela Bancada do PS e colocou a mesma à votação para ser aceite e discutida na sessão.-----

----- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, querendo saber se o Executivo tem alguma coisa a dizer sobre aquela Moção antes de se proceder à votação da mesma.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que, depois da última Assembleia Municipal, foram feitas diligências junto da na Administração Regional de Saúde do Centro, tendo sido realizada uma

reunião onde estiveram presentes em conjunto com o Presidente da Junta da União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro e a Presidente da Junta de S. Caetano e na qual participou a Comissão Executiva da Administração Regional da Saúde do Centro. Informou ainda que, naquela mesma reunião, foi dito frontalmente tudo o que está explanado naquela Moção e que se continua a defender a reabertura das extensões de saúde que encerraram nas freguesias de Vilamar, Corticeiro de Cima e S. Caetano, tendo procurado sensibilizar e demonstrar, de alguma forma, a utilidade e a pertinência da abertura daquelas Extensões de Saúde. Informou ainda que, que o Presidente da ARS ficou em dar uma resposta posterior, acreditando que as diligências efetuadas possam produzir os efeitos pretendidos, embora não disponha ainda de resposta sobre a abertura efetiva daquelas extensões de saúde. Relativamente aos Protocolos dos postos de enfermagens, informou que poderão ser estendidos àquelas freguesias, existindo total disponibilidade para o efeito. Lembrou que a estratégia foi entender-se não abrir postos de enfermagens naquelas freguesias para não dar qualquer pretexto à ARS para não aceitar a abertura das extensões de saúde.-----

----- Falou o Sr. Prof. Abel Carapêto, afirmando que, independentemente das diligências que a Câmara fez junto da ARS para defender a abertura das extensões de saúde, também a Assembleia Municipal se deveria pronunciar sobre aquela situação, uma moção subscrita pela Assembleia Municipal reforçaria a posição da Câmara no sentido da abertura dos postos de saúde e seria do interesse de todos e principalmente das pessoas que residem naquelas freguesias.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, subscrivendo o que foi dito, mas afirmando não ter percebido se o que está subjacente à Moção é o facto de não se saber se a Câmara agiu ou não, havendo

então a necessidade de se aprovar a mesma, na Assembleia, no sentido de diligenciar, ou, diferentemente, se estão todos de acordo que deva ser aberta a discussão tendo em vista diligenciarem em conjunto, no sentido de se abrirem as extensões de saúde de Vilamar, Corticeiro de Cima e São Caetano, informando que a Câmara, desde a última Assembleia Municipal diligenciou naquele sentido e até foi elogiada pelo seu trabalho nessa matéria.-----

----- Interveio ainda a Sr.^a Enf.^a Áurea Andrade, a qual agradeceu o esclarecimento dado pelo senhor Presidente da Câmara e lembrou que na última sessão da Assembleia, a bancada do PS se colocou ao lado da Câmara, dando-lhe os parabéns pelos esforços que fez e reconhecendo-lhe o mérito por reabrir os postos de enfermagem. Afirmou que a bancada do PS continua ao lado da Câmara naquela luta e que, foi nesse sentido, que voltou a trazer a moção. Acrescentou que, a sua bancada sabe que a Câmara tem diligenciado no sentido de reabrir as extensões de saúde daquelas freguesias e apoia aquela iniciativa, mas solicita que, até que a situação se resolva, seja solucionado o problema da saúde daquelas populações com a reabertura dos postos de enfermagem, dando a oportunidade às populações de terem cuidados médicos. Referiu ainda que, já na anterior sessão, tanto o Sr. Presidente da Junta como o Sr. Presidente da Câmara afirmaram ter a promessa por parte do Sr. Presidente da Administração Regional de Saúde que resolveria a situação a curto prazo, promessa essa que não foi cumprida. Finalmente, afirmou que têm a obrigação de resolver o problema das populações e de lutar nesse sentido pelo que estão do lado da Câmara.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Dr. Carlos Pessoa, o qual partilhando o que foi dito genericamente pela bancada do Partido Socialista e pelo Sr. Presidente da Câmara, afirmou que se trata de uma questão de oportunidade, muito importante, uma vez

que depreendeu das palavras do Sr. Dr. João Moura que, neste momento, aguarda uma resposta. Relembrou que foram feitos contactos e reuniões pelo que deve-se dar algum tempo e deixar decorrer as negociações e os diálogos.-----

----- Interveio ainda o Sr. Manuel Augusto dos Santos, o qual, após cumprimentar todos os presentes, relembrou que, em relação ao mesmo assunto, já na anterior sessão não se deixou discutir a moção, e solicitou ao Partido Socialista que a retirasse e, antes da próxima Assembleia Municipal, se não houver desenvolvimentos, então reuniriam todos e fariam uma moção em conjunto, de apoio à Câmara, a qual se faria chegar a quem de direito.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Prof. Abel Carapêto, dizendo que não vê de que forma é que esta Moção, ao ser aprovada, possa fazer pressão junto da Administração Regional de Saúde para que esta tome uma decisão num sentido ou noutro. Informou ainda recear que a moção ao não ser enviada agora ou ao ser enviada depois da próxima Assembleia como está a sugerir a bancada do PSD seja tarde de mais, uma vez que, depois da decisão estar tomada não há volta a dar, pelo que considera que é o momento oportuno. Acrescentou que estando na fase de negociações, considera que é o momento certo para a ARS saber a posição dos representantes do concelho de Cantanhede, nomeadamente, dos Membros da Assembleia Municipal. Considerou ainda que, se a moção for guardada para mais tarde, poderá nada adiantar. Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Mesa, voltou a afirmar que as Moções apresentadas pelas Bancadas são para serem discutidas embora possam, de seguidas serem aprovadas ou não. Finalmente, voltou a apelar para que, de facto, a Moção apresentada, que em nada prejudica a defesa dos interesses do Concelho, fosse discutida e colocada a votação.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, voltando a referir que, tem sido prática ao longo dos mandatos, que as moções sejam votadas para serem ou não discutidas e votadas. De seguida colocou à votação, para discussão e votação, a referida Moção, apresentada pela Bancada do PS, tendo sido aprovada a sua discussão e votação, por unanimidade.-----

----- Interveio o Sr. Dr. Carlos Pessoa, informando que o seu sentido de voto para aprovação da referida Moção será negativo pelas considerações que apresentou anteriormente e porque não considera oportuno, naquele momento, a Assembleia Municipal tomar uma posição política quando o Sr. Presidente da Câmara, em conjunto com a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de S. Caetano e o Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, ainda não recebeu qualquer “feedback” das diligências já encetadas sobre aquela matéria.-----

----- Falou também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, esclarecendo, relativamente à aprovação das Moções para discussão e votação, que, o Regimento da Assembleia Municipal de Cantanhede diz que “a discussão e votação de propostas não constante na ordem do dia das sessões ordinárias dependem da deliberação tomada de, pelo menos dois terços dos membros presentes e que reconheçam a urgência da deliberação sobre o assunto”, pelo que, considera que, para que os Membros possam votar moções apresentadas, as mesmas devem ser entregues atempadamente, por forma a constar da ordem do dia.-----

----- Interveio, ainda o Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Sr. Carlos Ventura, o qual, acrescentou que a moção apresentada parte do pressuposto de que a Câmara não terá feito nada, o que está errado.-----

----- Voltou a falar o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual referiu novamente que as moções são para serem discutidas, quer nos pontos da Ordem de Trabalhos, quer no período antes da Ordem do Dia. De seguida, reforçou a ideia de que, a Moção apresentada representa, apenas, a posição da Assembleia Municipal relativamente àquela questão. Considera que todos devem tomar uma posição clara e solidária com as posições da Câmara Municipal, podendo aquela Moção eventualmente ser retocada, pois considera que o “timing” é perfeito, pois não tem lógica apresentá-la depois da ARS recusar a abertura das extensões dos Postos de Saúde.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes colocou à votação a moção apresentada pela Bancada do Partido Socialista “EM DEFESA DA REABERTURA DAS EXTENSÕES DE SAÚDE NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILAMAR, CORTICEIRO DE CIMA E FREGUESIA DE SÃO CAETANO”, a qual foi rejeitada por maioria com 20 votos contra e 7 votos a favor.-----

----- De seguida, o Sr. Manuel Augusto dos Santos apresentou uma declaração de voto subscrita pela Bancada do PSD, do seguinte teor: “A bancada do PSD na Assembleia Municipal vota contra a moção apresentada pelo PS a favor da reabertura dos postos de enfermagem da União das freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima e da freguesia de S. Caetano, não por ser contrária a tal postura, mas por discordar do timing de apresentação e por entender que o texto apresentado não reflete de forma alguma as diligências efetuadas pela Câmara Municipal em defesa da reabertura dos postos de saúde ali existentes.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, novamente, a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, o qual apresentou algumas considerações em nome da bancada do PSD, nomeadamente: - Deu os parabéns

ao Município de Cantanhede por ter permitido, no início da sessão, a visita ao BIOCANT mas também que a sessão da Assembleia decorresse nas suas instalações. Relativamente ao BIOCANT, referiu ainda no passado dia 11 de abril, a visita do Comissário Europeu Johannes Hahn para assinalar o protocolo da construção do BIOCANT III, com a presença do Ministro-Adjunto do Desenvolvimento Regional, Dr. Miguel Poiães Maduro, do Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, Dr. Manuel Castro Almeida e do Presidente da CCDRC, Dr. Pedro Saraiva, entidades importantes a nível nacional, regional mas sobretudo internacional e que permitem ver a importância do BIOCANT para o desenvolvimento de Cantanhede, nomeadamente a sua projeção a nível da Biotecnologia. Relembrou que a 24 de abril foi inaugurada a UC BIOTECH pelo Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso, reforçando a ideia de uma vasta comunidade académica, com destaque para o reitor da Universidade de Coimbra e a presença de muitos Professores Universitários, fruto da investigação que é desenvolvida também nas mais diversas áreas de atuação. Acrescentou que, no momento, Cantanhede exporta saber, tecnologia para a saúde, enologia e veterinária entre outras variadas áreas. Também referiu a internacionalização do BIOCANT, recordando a assinatura de um protocolo de desenvolvimento com uma agência Brasileira de Desenvolvimento e Inovação. De seguida, deu os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Dr. João Moura, por ter tomado posse no Conselho Nacional de Educação, após nomeação pela Associação Nacional de Municípios, em virtude de fazer parte das Autarquias com Parques Tecnológicos. Relativamente às Comemorações Oficiais do 25 de abril, deu os parabéns, em nome da Bancada do PSD ao jovem que ganhou o Prémio Dr. Lima de Faria, pois representa a Excelência na perspectiva do estudo, porque médias de

19,4 não se atingem de qualquer maneira. Deu ainda os parabéns ao Município pela Organização do evento, sua parte musical e sobretudo pela palestra do Prof. Dr. Rui Cascão, que nos trouxe algumas memórias agradáveis sobre a política em Cantanhede. Finalmente, deu os parabéns ao Município, na pessoa do Senhor Vereador da Educação, Dr. Pedro Cardoso, pela realização do XVI Ciclo de Teatro, evento transversal a todo o Município, que incluiu 15 grupos de 10 Freguesias e é uma forma muito interessante de levar a cultura e o teatro a populações que de outra forma não teriam acesso a ele.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra ao Sr. Filipe Figueiredo, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu ter ficado muito satisfeito com a visita às instalações da BIOCANT. De seguida lembrou que, na última Assembleia alertou para um assunto relacionado com a abertura de uma vala nas Sete Fontes, junto ao Parque de Lazer, com o qual se continua a preocupar, uma vez que as barreiras continuaram a cair colocando em perigo a habitação de que já havia falado. Pelo exposto, questionou se o Executivo já decidiu alguma coisa relacionada com aquela situação, nomeadamente, quanto ao desvio das águas e se pensaram em dar alguma ajuda à família em causa para a construção de um muro de suporte de terras.-----

----- Respondeu o Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Sr. Carlos Ventura, que os técnicos da Câmara, conforme já tinha sido dito na última Assembleia, deslocaram-se ao local, tendo encontrado uma solução para desviar as águas, com uma conduta de 500, uma espécie de “ladrão” para a vala real. Informou ainda que, depois disso, o proprietário da referida casa, fez questão de chamar a ARH, tendo os técnicos daquela entidade ficado muito satisfeitos com solução do

Município, apenas recomendando que a conduta de 500 passasse para 600, encontrando-se, os técnicos da Câmara, a trabalhar nesse sentido.-----

----- Voltou a falar o Sr. Filipe Figueiredo lamentando a passividade com que a Junta de Freguesia encarou aquele caso, afirmando que é obrigação, quer das Juntas de Freguesia, quer do Município, quer da Assembleia defender o que está mal e ajudar as pessoas.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra à Sr.^a Presidente da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Prof.^a Aidil Machado, a qual após cumprimentar todos os presentes, procedeu à leitura do seguinte texto, por si subscrito: *“O Executivo da Câmara Municipal de Cantanhede está de parabéns pela forma como comemorou o “25 de Abril”. Não podia ter começado da melhor forma. No dia 24 de Abril trouxe a Cantanhede o Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso, que manifestou grande satisfação ao inaugurar a U C Biotech, edifício que alberga investimentos na área da biotecnologia. Durão Barroso expressou grande admiração pelo projeto U C Biotech, assim como pelo Parque de Biotecnologia Biocant Park, considerando-o um excelente exemplo de junção de fundos europeus à iniciativa das Universidades de Coimbra e Aveiro e da própria Autarquia. Palavras do Sr. Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso “Não se deve cortar naquilo que são fontes de crescimento futuro, Ciência e Educação”. Reafirmou ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, que o Biocant Park é um bom exemplo de aplicação de fundos Comunitários e a verdade é que a presença do Sr. Presidente da Comissão Europeia e do Governo Português, na pessoa do Sr. Ministro- Adjunto, Dr. Miguel Poiares Maduro, num ato tão significativo para o Concelho de Cantanhede, ajuda a reforçar essa ideia. Foi realmente a melhor forma que o Executivo Camarário encontrou para iniciar as Celebrações do 25 de*

Abril, realçando desta forma a democracia, a ciência, a cultura, o futuro. Esta efeméride continuou no dia 25 de Abril com um vasto conjunto de iniciativas. Abriu com a participação da Banda Filarmónica da Pocariça, no ano em que comemora o Centenário daquela distinta coletividade, seguindo-se o gesto simbólico da largada de pombos proporcionada pela Associação Solidariedade Social Sociedade Columbófila de Cantanhede. A sessão solene comemorativa prosseguiu e contou com a presença do Prof Doutor Rui Cascão, historiador e investigador de renome, ainda salientou o talento e o esforço de um aluno que terminou o ensino secundário, no Agrupamento de Escolas Finisterra, do Concelho de Cantanhede com 19,4 valores, homenageando-o com o Premio Lima de Faria. Os valores de Jaime Cortesão também foram lembrados numa homenagem em Ançã, contando ainda este dia com a realização de “jogos da Liberdade” e o “Mercadinho da Liberdade”, na Praça Marquês de Marialva. Finalizou com chave de ouro com um concerto - “Sons de Abril” - 40 anos a Cantar a Liberdade - nos claustros dos Paços do Município, com a fantástica prestação de músicos, escritores e artistas do nosso concelho. Enfim uma verdadeira esperança no Futuro. Mais uma vez parabéns.”-----

----- Foi dada a palavra à Sr.^a D.^a Armanda Gavião, a qual questionou sobre o porquê de não serem afixados Editais da Assembleia Municipal e sobre o ponto da situação do Centro Educativo de Cantanhede.-----

----- Interveio, de novo, o Sr. Dr. Carlos Pessoa, o qual após dar os parabéns à Sr.^a Presidente da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Prof.^a Aidil Machado, pelo teor do texto apresentado, considerou notável a vinda, no dia 24 de abril, do Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso. De Seguida, salientou que, dos discursos que escutou atentamente, naquele dia, agradou-lhe

sobretudo o discurso do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, quando referiu relativamente ao BIOCANT PARK, que sempre houve consenso e unanimidade nos órgãos municipais do concelho de Cantanhede, tanto na ideia, como no projeto e na construção, desde a sua génese até aos dias de hoje, o que deixou passar uma imagem de coesão para o exterior. Informou ainda lhe ter agradado, a forma como o Sr. Presidente da Câmara falou do vinho Foral de Cantanhede, dando a entender ser o melhor do mundo.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Dr. Luis Pato, o qual questionou, relativamente à situação do amianto, no sentido de saber se, para além das instalações escolares, existem outros espaços públicos com a mesma situação, tais como os mercados municipais, onde se vendem alimentos diariamente e têm uma grande afluência de pessoas e onde se colocam as bancas da Educação e de Saúde, na altura da Expofacic. De seguida questionou sobre a obra cultural em Cadima, situada em Reserva Agrícola e que foi transformada em moradia.-----

----- Falou, de seguida, o Sr. João Paulo Vagos, solicitando à Assembleia que se associe ao seu voto de parabéns a Jaime Cortesão, uma das figuras incontornáveis deste concelho, por se comemorar no dia da realização da presente sessão, 130 anos sobre o seu nascimento. De seguida, solicitou esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara sobre o Complexo Desportivo de Ançã, obra que foi posta à utilização ainda que incompleta, com a promessa que seria inaugurada totalmente em Abril de 2014, o que não aconteceu, encontrando-se as obras paradas há mais de 6 meses, com prejuízo para o clube e para a população. Informou, sobre o assunto, que teve conhecimento que o Sr. Presidente da Câmara fez já uma reunião com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã e o Sr. Presidente do Ançã

Futebol Clube. Gostaria que o Sr. Presidente, se a assim considerasse oportuno, pudesse também esclarecer a Assembleia sobre aquele assunto.-----

----- Tomando a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, afirmou que não há qualquer inconveniente em que fique registado em ata a efeméride do nascimento de Jaime Cortesão. De seguida, esclareceu a D.ª Maria Armanda Gavião que, são afixados Editais da Ordem do dia das sessões da Assembleia Municipal no Edifício da Câmara Municipal, os quais também são enviados para os Jornais locais tendo em vista a sua publicitação, e aos Presidentes das Juntas de Freguesia, o que tem sido prática dos Serviços, ao longo dos anos.----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, respondendo às questões colocadas da seguinte forma: - Relativamente ao Centro Educativo de Cantanhede, informou que se aguarda o visto do Tribunal de Contas para se poder iniciar aquela obra; - Quanto à questão do amianto nos espaços públicos, informou que recentemente, foi efetuada, pelo Parque Escolar, a substituição do amianto na Escola Secundária de Cantanhede. Informou também, não ter informação que exista amianto no mercado, embora possa ser feito algum trabalho pelos serviços no sentido de se poder identificar locais onde poderá eventualmente existir. - Em relação á questão obra cultural de Cadima, informou que, o prazo para prestar esclarecimentos à Câmara Municipal acabava na presente data pelo que prefere aguardar pelos mesmos e recordou que aquele processo também está no Ministério da Agricultura e das Pescas do Centro; - Em relação a Jaime Cortesão, informou que o Município de Cantanhede, já há alguns anos, promove no dia 25 de abril, a homenagem àquela figura, individuo que é uma referência pela sua postura na vida, pelos valores que defendia, pela pessoa que foi. Assim, informou que este ano, será dado destaque a Jaime Cortesão, com uma conferência dada na Biblioteca

Municipal pelo Professor Luis Seabra Pereira, especialistas sobre Jaime Cortesão, no próximo dia 3 de maio pelas 14h30, no auditório da Biblioteca; - Em relação ao Parque Desportivo de Ançã, informou que foi dada a informação necessária à Junta de freguesia de Ançã e ao Ançã Futebol Clube. Referiu ainda que, houve necessidade de alterar o projeto no que toca aos seus balneários, aguardando-se por esse concurso. Explicou também que, o atraso da obra teve a ver com outros motivos, nomeadamente, relacionados com a orografia do terreno, tendo havido a necessidade de várias correções no projeto, nomeadamente, nas sapatas das torres, nos próprios balneários, na própria bancada que teve que ser modificada. Finalizou dizendo que, sendo uma obra que foi feita para durar muitos anos, pelo que se deve primar pela segurança da mesma.-----

----- Interveio, de seguida, o Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Basílio Perdigão, esclarecendo que, efetivamente é conhecedor do que nos foi transmitido na reunião sobre este assunto do Complexo Desportivo de Ançã. Informou ainda que, como o Ançã Futebol Clube está a comemorar o seu aniversário no 1º Maio vai haver um almoço, o Presidente do Ançã Futebol Clube irá transmitir a todos os associados e simpatizantes o teor daquela reunião, pelo que achou conveniente não divulgar nada daquela reunião ou antecipar qualquer divulgação, para que não houvesse especulação, deixando para o Presidente daquela Associação a primazia de informar.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue, bem como da informação, entregue na presente sessão, prestada pela Divisão Financeira, dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Cantanhede, a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA e as Juntas de Freguesia do Concelho, relativo à Manutenção e Tratamento de Áreas Ajardinadas 2014»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou tratar-se da proposta de Protocolo de Colaboração para Manutenção e Tratamento de Áreas Ajardinadas a celebrar para o ano de 2014, entre o Município de Cantanhede, a Inova - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. e as Juntas de Freguesia do Concelho, no valor total de 62.395,78 €. Esclareceu ainda que, desde 2011 algumas das antigas Juntas de Freguesia (Cantanhede, Tocha, Vilamar, Corticeiro de Cima, Bolho, Cordinhã e Pocariça, Cadima, Outil e Ourentã) manifestaram o interesse de ser a Inova a proceder à manutenção dos espaços verdes das suas freguesias, facto que se veio a consumir. Acrescentou que, pelo facto de terem existido eleições e tendo em consideração a reestruturação nacional das freguesias, algumas freguesias foram anexadas, dando origem a Uniões de Freguesia, sendo de salientar que antes da criação das Uniões, a manutenção de alguns locais dessa freguesia estavam sob a alçada da Inova e outros das respetivas freguesias. Resultou que, para além das freguesias anteriormente referidas, a Junta de Freguesia de Murtede e a União das Freguesias

de Outil e Portunhos (nos espaços que antigamente faziam parte da freguesia de Portunhos) decidiram entregar a manutenção dos espaços verdes a esta entidade empresarial local, enquanto que, a Freguesia de Sepins e Bolho, solicitaram que os espaços verdes da antiga freguesia do Bolho ficassem sob a sua responsabilidade e não da Inova. Informou ainda que, de acordo as solicitações das juntas de freguesia e de acordo com as medições efetuadas foram inseridas no PROTOCOLO DE 2014 as seguintes áreas: União das freguesias de Covões e Camarneira: Espaços verdes Envolventes ao novo largo da Carvalheira; Espaços verdes envolventes ao largo de Santo António nos Covões. São Caetano: Espaços Verdes envolventes à Capela do Sardão. Face ao exposto e atendendo ao valor estimado para o ano 2014, de acordo com informação disponível em 10/03/2014 e considerando as alterações de áreas verificadas durante o ano de 2013, bem como a manutenção dos preços aplicados em 2013, propôs-se que o valor total do Protocolo de Colaboração para Manutenção e Tratamento das Áreas Ajardinadas – 2014, com as Juntas de Freguesia de Ançã, União das Freguesias de Covões e Camarneira, Febres, São Caetano, Sanguinheira e União das Freguesias de Sepins e Bolho, num valor total de 62.395,78 euros. Referiu ainda que, de acordo com as normas do Protocolo, o mesmo poderá ser alvo de retificações, nomeadamente nos cálculos dos subsídios a atribuir em função das áreas efetivamente tratadas, caso se verifiquem aumentos e/ou diminuições dessas áreas ou incumprimentos às normas e critérios de atuação estipulados.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado à votação o Ponto 2, referente à proposta da minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Cantanhede, a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA e as Juntas de Freguesia do Concelho, relativo à

Manutenção e Tratamento de Áreas Ajardinadas 2014, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Cantanhede»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que o assunto em análise, o Serviço de Abastecimento Público de Água está relacionado com os pontos seguintes relativos aos Regulamentos de Serviço de gestão de resíduos urbanos e das águas residuais. Assim, informou que a empresa municipal procedeu à alteração daqueles regulamentos e solicitou os pareceres às entidades competentes naquela área, concretamente a ERSAR, a DECO e a ACOP. Após a receção daqueles pareceres, foram feitas as necessárias adaptações de acordo com as imposições daquelas entidades. De seguida informou que um dos artigos que foi alterado tem a ver com um tarifário especial relativo aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, referindo-se que, para que possam usufruir daquele tarifário terão de proceder à entrega nos serviços comerciais da entidade gestora a declaração emitida pela Segurança Social. Foi acrescentado um outro artigo que tem a ver com a autorização do pagamento em prestações até ao máximo de 24. Relativamente aos ramais, informou que o pagamento que era feito pelos Munícipes vai ser diluído em 25% ao ano, até ao ano de 2016, ano em que esse valor fica extinto. Outro artigo que foi alterado por imposição da ERSAR, relativo aos consumidores não-domésticos. Explicou que o tarifário está separado entre domésticos e não-domésticos e as Juntas de Freguesia, o Município e as associações tinham um tarifário diferente, especial e mais benéfico, o que, de acordo com esta entidade

reguladora, não pode acontecer. Assim, aquele tarifário vai ser aproximado, de forma faseada, ao tarifário das outras entidades. Referiu ainda que, há uma disposição transitória que se mantém até 2016, relativamente à questão das áreas urbanizáveis, relativamente aos ramais em que os utilizadores pagam o custo proporcional do sistema público de abastecimento correspondente à frente do prédio confinante, sendo certo que, tanto a Empresa Municipal com o Departamento de Urbanismo, se encontram a procurar uma solução de forma a que esta imposição seja retirada e que a imposição seja feita de uma outra maneira.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocada à votação o Ponto 3, referente à proposta de alteração ao Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Cantanhede, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado à votação o Ponto 4, referente à proposta de alteração ao Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Cantanhede, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- Finalmente e não havendo qualquer pedido de intervenção, passou-se, à votação do Ponto 5, referente à proposta de alteração ao Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Cantanhede, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de prorrogação por mais um ano da suspensão do Plano Pormenor da Zona Sul de Cantanhede e estabelecimento simultâneo de Medidas Preventivas»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que, em reunião camarária de 18 de março de 2014 foi votada a suspensão do Plano de Pormenor da Zona Sul de Cantanhede. Acrescentou que, a ideia era estabelecer as medidas preventivas pelo prazo de 2 anos, prorrogável por mais um, o que permitiria, não só, que o Município pudesse continuar a aprovar operações de loteamento de iniciativa municipal, aplicando portanto, o PDM, tendo sido, entretanto, aberto o procedimento da revisão do PU de Cantanhede. Para isso, era necessário um parecer da CCDRC, que foi favorável e que foi apresentado ao Executivo na reunião camarária de 15 de abril de 2014. Concluiu que o processo cumpre todas as condições para ser apreciado pela Assembleia Municipal, solicitando-se assim, a prorrogação por mais 1 ano, da suspensão do Plano de pormenor da Zona Sul e o estabelecimento simultâneo das medidas preventivas.-----

----- Pediu a palavra a Sr.ª D.ª Armanda Gavião, questionando se o Plano em causa diz respeito a Zona Sul, mais propriamente, à Urbanização Vila D´Alva.-----

----- Respondeu a Sr.ª Vice-Presidente, Dr.ª Maria Helena Teodósio, que não é. Diz respeito a toda a área por detrás do antigo Centro de Saúde de Cantanhede.-----

----- Retomou a palavra a Sr.ª D.ª Armanda Gavião, acrescentando que tem conhecimento que junto àquele loteamento existe um vasto terreno, adquirido pela Câmara por permuta o qual, no inverno é um lago autêntico e no verão é um silveiral cheio de bicharada.-----

----- Respondeu de novo, a Sr.ª Vice-Presidente, Dr.ª Maria Helena Teodósio, dizendo que não conhece o dito terreno e solicitou ajuda para o localizar ao Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, que se encontrava presente na sala.-----

----- Interveio o Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu questionando se se tratam dos terrenos da antiga Gávea, e informando que os mesmos não são do Município, mas sim de privados.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, referindo que, uma vez que há dificuldade na identificação do local em causa, que o Executivo tomasse nota do assunto apresentado pela D.ª Maria Armada Gavião e prestasse a necessária informação na próxima Assembleia Municipal.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra à Sr.ª Enf.ª Áurea Andrade, a qual colocou as seguintes questões: Porque é que o Plano de Pormenor se encontra desajustado e quais são essas medidas preventivas que vão ser tomadas?-----

----- Falou, de novo, o Diretor do Departamento de Urbanismo, Sr. Eng.º António Coelho de Abreu, o qual informou que a situação de desajustamento tem a ver essencialmente com a necessidade de se fazerem loteamentos com lotes mais pequenos, para facilitar o procedimento das permutas, o que está a ser feito. Acrescentou que não se podia intervir na zona sem ter as medidas preventivas em curso, que dependem de parecer da CCDRC já emitido, e que agora dependem da autorização da Assembleia Municipal.-----

----- Falou, ainda, o Sr. Prof. Abel Carapêto, afirmando não estar ainda totalmente esclarecido relativamente à questão das medidas preventivas, uma vez que a Assembleia Municipal tem que se pronunciar sobre aquelas medidas preventivas, e questionou ainda sobre o ponto da situação do PDM do Concelho de Cantanhede.---

----- Retomou a palavra o Diretor do Departamento de Urbanismo, Sr. Eng.º António Coelho de Abreu, o qual esclareceu que, a Câmara tinha medidas preventivas aprovadas pela Assembleia pelo prazo de 2 anos que já caducaram. Há necessidade de continuar a intervir na zona, pois aquela parcela de território não

tem Plano de Pormenor, porque foi suspenso, e o Plano de Urbanização por sua vez remete para o Plano de Pormenor. Portanto, não há instrumento de ordenamento para a zona, nem tão pouco PDM. Assim, não podendo haver parcelas de território que não tenham instrumentos de ordenamento, as medidas preventivas têm que ser fixadas, competindo à Assembleia Municipal aprovar o estabelecimento das referidas medidas. Relativamente às alterações efetuadas nos loteamentos já executados, informou ter havido necessidade de se fazerem algumas alterações porque, a partir de determinada altura, constatou-se que as pessoas preferiam lotes mais pequenos. Em relação ao PDM, informou que se está na fase de apreciação da área da Reserva Agrícola, tendo já sido feita a apreciação da parte da Reserva Ecológica, da qual se obteve parecer favorável da Comissão Nacional da REN. Acrescentou que existem ainda alguns problemas a ultrapassar, nomeadamente, com a questão das zonas urbanizáveis, prevendo-se a aprovação do PDM até ao final do corrente ano.-----

----- Retomou a palavra a Sr.ª Enf.ª Áurea Andrade, a qual reiterou a questão já colocada, nomeadamente, quanto às medidas preventivas.-----

----- Voltou a falar o Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Coelho de Abreu, respondendo que não há medidas concretas, sendo que as medidas preventivas se traduzem na necessidade que a Câmara tem de consultar a entidade tutelar que é a CCDRC. Acrescentou que, as medidas preventivas não são medidas concretas, mas sim uma figura jurídica, que permite deferir qualquer operação urbanística para o local, com o parecer prévio da CCDRC, dado que não existe instrumento de ordenamento do território para o local, uma vez que o plano de pormenor foi suspenso e o Plano de Urbanização que vai abranger essa zona ainda está em fase de revisão.-----

----- Tomou, finalmente, a palavra o Sr. Presidente da Mesa, reforçando a intervenção Diretor do Departamento de Urbanismo, Sr. António Coelho de Abreu, afirmando que, efetivamente se trata de uma figura jurídica comum a estas situações, a qual vem sempre publicitada nos meios de comunicação.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocada à votação a proposta de prorrogação por mais um ano da suspensão do Plano Pormenor da Zona Sul de Cantanhede e estabelecimento simultâneo de Medidas Preventivas, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Cantanhede ao Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso / Concordância e ratificação»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que, à semelhança do que aconteceu anteriormente com o Presidente da República, Dr. Cavaco Silva, quando veio a Cantanhede e recebeu também a medalha de Ouro e dado que mais uma vez houve confirmação da vinda de uma individualidade depois da realização da última Assembleia Municipal, foi levada a proposta de atribuição da medalha de Ouro ao Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso, à Reunião de Câmara, a qual foi aprovada por unanimidade. Acrescentou que o Presidente da Comissão Europeia visitou o Concelho de Cantanhede e procedeu à inauguração de um edifício do Biocant, pelo que lhe foi atribuída a Medalha de Ouro, uma vez que é a Comissão Europeia quem tem apoiado financeiramente aquele projetos.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocada à votação a proposta de atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Cantanhede ao Presidente

da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, validando assim a deliberação tomada pelo Executivo camarário em reunião realizada em 15/04/2014;-----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, informou que os **pontos 8 – “Atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, destinado à requalificação da Escola Velha de Lemedede” e 9 - “Proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil, destinado a participar a VII Mostra Gastronómica de Outil”**, dizem respeito a propostas de atribuição de subsídio às Juntas de Freguesia, assuntos que anteriormente não vinham à Assembleia Municipal e que passaram, com a nova legislação, a ser competência também da Assembleia Municipal, acrescentando que será feita a apreciação dos mesmos em conjunto, colocando-os de seguida à votação um a um.-----

----- Deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que, no primeiro caso, a requalificação da Escola Velha de Lemedede tem num investimento total e mais de 20.000.00,00 €, sendo o subsídio proposto de 8.970.00,00 € para ajudar na comparticipação daquela requalificação. Informou ainda que, o segundo caso tem a ver com a VII edição da Mostra Gastronómica de Outil e que o Município tem apoiado.-----

----- Interveio, ainda o Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Sr. Eng.º Paulo Alexandre Pereira Santos, o qual, após cumprimentar todos os presentes, aproveitou para convidar toda a Assembleia Municipal a visitar aquele certame nos dias 23, 24 e 25 de maio, que já vai na sétima edição. Acrescentou que, com a União das Freguesias de Portunhos e Outil, Portunhos estará também representado no certame com as suas Associações

locais, nomeadamente, com o Pedra Rija e o C.C.R da Pena Referiu também que, posteriormente se realizará uma mostra das Sopas em Portunhos.-----

----- Não havendo pedidos de intervenção, foi colocada à votação a proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, destinado à requalificação da Escola Velha de Lemedede, a qual foi aprovada por unanimidade.--

----- De seguida, foi colocada à votação a proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil, destinado a comparticipar a VII Mostra Gastronómica de Outil, a qual, também foi aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da transferência de verbas da Direção-Geral de Administração Interna, respeitante ao Recenseamento Eleitoral 2014, para as Juntas de Freguesia do Concelho»:--**

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, informando que a transferência em causa tem sido feita nos anos anteriores, porque o Executivo entende que tal deve acontecer. Acrescentou que, como aquela verba se configura como um subsídio, tem de obter a autorização da Assembleia Municipal.-----

----- Não havendo pedidos de intervenção, foi colocada à votação a transferência de verbas da Direção-Geral de Administração Interna, respeitante ao Recenseamento Eleitoral 2014, para as Juntas de Freguesia do Concelho, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação das condições da concessão da Exploração do Bar Quiosque junto ao Largo de S. Mateus, na cidade de Cantanhede / Abertura de Concurso Público»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes deu a palavra ao Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que se trata da abertura de um concurso referente à abertura de novo concurso. Acrescentou que o prazo da

concessão será por 1 ano, uma vez que o Executivo continua na expectativa de vir a poder aproveitar os fundos comunitários e arrancar com a construção do Museu do Colecionismo, previsto naquela zona. Informou ainda que, por decisão camarária, aquele prazo poderá ser prorrogado por mais um ano e que os valores propostos são idênticos aos da anterior concessão. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocada a votação a aprovação das condições da concessão da Exploração do Bar Quiosque junto ao Largo de S. Mateus, na cidade de Cantanhede e a abertura daquele concurso público, as quais foram aprovadas por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 12 - «Comunicação dos compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 27/12/2013 / Para conhecimento»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que, de acordo com a deliberação da Assembleia de 27/12/2013, que aprovou a autorização genérica dos compromissos plurianuais, ficou assente que o Executivo tinha que informar a própria Assembleia desses mesmos compromissos assumidos. Assim, informou que entre 2 de janeiro e 31 de março de 2014, foi assumido o compromisso plurianual respeitante ao concurso público para a prestação de serviços de saúde no trabalho no Município de Cantanhede no ano de 2014 e 2015, adjudicado à Previmed, Centro de Medicina Ocupacional, Lda, pelo valor global de 10.111,16 € distribuídos pelos anos de 2014 e 2015.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2014»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu de seguida a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que a alteração ao Mapa de Pessoal reflete a execução de uma sentença judicial do Tribunal Central Administrativo do Norte, tendo-se aproveitado para fazer alguns acertos que entretanto se verificaram. Esclareceu que que, aquela sentença é relativa ao processo do Dr. Paulo Alexandre dos Santos Cortesão, tendo havido a necessidade, decorrente daquela sentença, de se criar um lugar de técnico de Serviço Social, por tempo indeterminado naquela área. Esclareceu ainda que, por imposição do Tribunal, numa primeira fase aquele Técnico vai entrar em funções no início de maio, por tempo determinado, devendo a Câmara, à posteriori, desenvolver um procedimento concursal para tempo indeterminado, concurso esse, para o qual mais ninguém pode concorrer. Finalmente informou que, foram feitos outros acertos, decorrentes do término de alguns contratos a termo, uma aposentação de um funcionário, e por falecimento de uma técnica superior.-----

----- Pediu a palavra a Sr.^a D.^a Maria Armanda Gavião, a qual mostrou agrado pelo assunto do Dr. Paulo Cortesão ter chegado ao fim, passados 16 anos de recursos e mais recursos no Tribunal, o que na sua opinião apenas teve a ver com ideologias políticas. Acrescentou ter ficado satisfeita pelo facto do concurso ser só para ele para poder garantir o resto do tempo de vida ativa que lhe resta.-----

----- De seguida a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Maria Helena Teodósio complementou a sua intervenção procedendo à leitura de um trecho do parecer jurídico constante da deliberação camarária do seguinte teor: “*O Senhor Presidente*

apresentou à Câmara um parecer emitido no dia 31 de março no qual informa por acórdão de 25 de novembro de 2013, o Tribunal Central Administrativo do Norte, considerou definitivamente que o Dr. Paulo Alexandre dos Santos Cortesão desempenhava, passo a citar, funções correspondentes a necessidades permanentes de serviço e que essa prestação de serviço seja indispensável ao regular funcionamento do serviço, contrariando o declarado então pelo Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Dr. Rui Crisóstomo que por despacho datado de 14 de fevereiro de 1997 reconheceu que o pessoal que prestava serviço naquela Câmara por contrato de trabalho a termo certo ou em regime de avença, não desempenhava funções que correspondessem às necessidades permanentes de serviço. Em consequência, condenou o Município a contratar o Dr. Paulo Cortesão, a termo para o exercício de funções de Técnico Superior de Serviço Social e depois a questão do Termo Indeterminado.” Concluiu assim, que o referido procedimento foi despoletado por alguém que pelos vistos era da cor política do Sr. Dr. Paulo Cortesão.-----

----- Interveio também o Sr. Dr. Luis Pato, mostrando-se chocado com a existência destas questões laborais e ideológicas, pois não está interessado em saber quem foi o causador da referida situação e conhece vários casos, não só na Câmara Municipal de Cantanhede, mas também em outros órgãos da Função Pública ou ligados à Função Pública, onde de facto existem pessoas com licenciaturas e com formação superior sem terem o enquadramento devido da sua categoria. Acrescentou saber que em Cantanhede, há várias licenciados que são contratados a termo certo como assistentes técnicos, considerando que é uma realidade do século XXI, chocante e que não consegue perceber como tal é possível num país

que tem um discurso baseado na justiça, no reenquadramento, na quebra de facto das divisões de direitos.-----

----- Concordando com a intervenção do Sr. Dr. Luis Pato, a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio acrescentou que, no que toca à questões do Pessoal, a questão política deve ser completamente colocada de lado, tendo já falado com o Dr. Paulo Cortesão sobre o assunto e referindo que o mesmo é muito bem-vindo á estrutura da Ação Social, acreditando que vai ser uma peça importante para aquele Setor. Concordou ainda com a outra situação exposta, pois o Município tem, efetivamente, pessoas licenciadas como assistentes operacionais, as quais gostaria de ver reclassificadas, não pelo facto de terem uma licenciatura ou um mestrado, mas pelo facto de desempenharem já funções técnicas. Acrescentou que também existem assistentes operacionais que fazem serviço de assistentes técnicos, mas no momento, as Câmaras estão completamente proibidas de fazerem reclassificações, encontrando-se à espera que surja alguma alteração à Lei, para que haja alguma justiça, pois é de inteira justiça que as pessoas sejam reavaliadas e recolocadas a desempenhar as exatas funções que elas desempenham.-----

----- Falou, de seguida o Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, dizendo que é lamentável que um processo laboral decorra durante 17 anos e que o Tribunal não tenha a capacidade para assumir a decisão até ao fim, porque pensa que seria fácil para o Tribunal decidir no sentido de se criar o lugar e se lá colocar a pessoa em causa.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Dr. Luis Pato, questionando o Executivo sobre o que tenciona fazer para resolver aquelas situações e informou que tem a noção que, no Ensino Superior Politécnico, tem havido reenquadramentos tanto na carreira docente como na carreira técnica, com situações semelhantes. Acredita que a

Câmara Municipal deveria tentar conseguir resolver estas situações, por se tratar de uma questão de equidade e de cidadania.-----

----- Interveio, novamente, a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, afirmando que se trata de um assunto que preocupa o Executivo, tendo este, sido, inclusivamente, chamado a reuniões as duas entidades mais fortes em termos sindicais, concretamente o SINTAP e o STAL, para em conjunto encontrar uma solução. Relembrou também um processo antigo relacionado com um encarregado que, de um momento para o outro, foi colocado no final da carreira, ao que os juristas do sindicato e da Câmara Municipal, apenas conseguiram temporariamente resolver através da figura da mobilidade. Acrescentou que, o Município está sempre em diálogo com os Sindicatos e está atento a qualquer alteração da Lei. Também referiu que se colocou a possibilidade de abertura de concursos em algumas áreas para tentar, não sabendo o que vai acontecer, pois ao abrir um determinado lugar para que um funcionário da Câmara que está a desempenhar essas funções possa concorrer, o que pode acontecer é que seja ultrapassado por pessoas que venham de todo o lado. Afirmou ainda ser certo, que no momento, o Município tem sempre de recorrer a uma bolsa, antiga bolsa dos excedentários, chamada agora de bolsa de requalificados. Finalizou, afirmando existir uma listagem dos funcionários que no momento, por direito próprio ou por informação das chefias, já deviam estar noutra tipo de lugar, no entanto o Município está condicionado a esta estrutura, mas estará sempre recetivo a alguma hipótese.-

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocada à votação a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2014, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 21 votos a favor e 2 votos contra;-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da relação de bens que constituem o inventário municipal no Ano de 2013»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Maria Helena Teodósio, a qual informou que, de acordo com o Dec.-Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais dos Municípios. Assim, informou que o património municipal da Câmara Municipal de Cantanhede a 31/12/2013, elaborado pelos serviços diz respeito a 75.717 bens que têm um valor patrimonial bruto de 149.575.983,74 €-----

----- Interveio também o Sr. Manuel Augusto dos Santos, o qual informou ter aberto o ficheiro enviado com a listagem dos bens referidos e de seguida deu os parabéns aos técnicos pelo trabalho desenvolvido.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocada à votação a relação de bens que constituem o inventário municipal no Ano de 2013, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Nomeação do Auditor Externo responsável pela certificação legal das contas do Município de Cantanhede»;**-----

----- Interveio, de novo, a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Maria Helena Teodósio, a qual informou que a lei determina que o auditor externo responsável pela certificação das contas seja nomeado por deliberação do órgão deliberativo sobre proposta do órgão executivo. Acrescentou ainda que, nesse sentido procedeu-se ao concurso público para prestação de serviços para a certificação legal das contas do Município, por um período de 48 meses e que vai ter início no dia 1 de maio de 2014 e término a 30 de abril de 2018. Relativamente as condições, deu-se

preferência à proposta financeiramente mais vantajosa, a qual foi apresentada pela Empresa Auren, Auditores e Associados, S.A.R.C., com sede em Lisboa, pelo valor de 19.008,48 €, correspondente aproximadamente ao valor mensal de 396,01 € +IVA.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocada à votação a proposta de Nomeação do Auditor Externo responsável pela certificação legal das contas do Município de Cantanhede, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação do 1.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual esclareceu que o presente assunto, nos termos da Lei, deve ser presente à Assembleia Municipal, sendo o Município obrigado a elaborar relatórios semestrais. Assim, informou que o relatório semestral apresentado na presente sessão diz respeito ao último trimestre de 2013 e ao primeiro trimestre do ano de 2014, este último trabalhado em duodécimos. Acrescentou que o Relatório Anual que se encontra agregado à Prestação de Contas permitirá dar uma análise mais pormenorizada. De seguida, procedeu a uma comparação entre o balanço e o plano, informando que os valores do balanço refletem o saldo a 31 de março de 2013, e encontram-se acima dos valores impostos pelo Plano de Saneamento Financeiro, acontecendo o mesmo em relação à demonstração nos resultados nos 3 primeiros meses do ano. Concluiu que, os custos de exploração encontram-se abaixo do que era imposto pelo plano, cerca de 665.000,00 € e os proveitos estão abaixo das projeções do Plano em cerca de 1.000.000,00 €, refletindo a sazonalidade dos impostos, uma vez que ainda não se

recebeu a coleta do IMI e da DERRAMA. Relativamente ao endividamento municipal, informou que vai haver alterações em termos dos limites, nos termos da Lei para 2014, sendo certo que já existe um cálculo relativo à redução que o Município vai ter ao nível do endividamento a médio e longo prazo. Relembrou que, a Lei impõe aos Municípios que têm Plano de Saneamento Financeiro, uma redução de 10% do excesso do ano anterior, pelo que a Câmara teria que reduzir em 2014, 672.719,00 €, sendo certo que irá reduzir efetivamente 3.121.139,69 €. Informou ainda que, ao nível dos limites de endividamento líquido, no último trimestre houve uma utilização de apenas 27% do exigido, o que significa que mesmo com pouca fiabilidade neste Plano, neste relatório semestral continua-se a cumprir o Plano de Saneamento. De seguida, fez uma comparação entre o Balanço e o Plano de Saneamento Financeiro, relativamente ao ano de 2013, informando que as contas se encontram em mais de 6.600.000,00 € acima das projeções, acrescentando que no passivo houve um decréscimo de 5.500.000,00 €, o que é positivo, e nos fundos próprios houve um aumento de 12.218.429,50 €. Informou ainda que, ao nível da demonstração de resultados, os custos representam 457.000,00€, valor inferior ao que o Plano impunha e ao nível dos proveitos representam 1.500.000,00 € acima do previsto no próprio Plano, sendo que o resultado líquido é de 2.698.351,00 €, acima do previsto pelo Plano de Saneamento Financeiro. Ao nível do endividamento, relativamente ao endividamento de médio e longo prazo, o Município teria que amortizar 256.080,00 € e amortizou 2.847.669,18 €, tendo sido cumprido largamente o que era imposto pelo Plano de Saneamento. Referiu também, que o Município contribuiu bastante para a descida geral do défice nacional, uma vez que as dívidas que ainda não estão regularizadas correspondem àquelas que são imputadas ao

credor ou por falta de documentos ou por algum processo judicial que esteja a decorrer.-----

----- Pediu a palavra o Sr. João Paulo Vagos, o qual apresentou uma declaração de voto subscrita pela Bancada do PS, do seguinte teor: *“Declaração de Voto - 1º Relatório Semestral de Acompanhamento de Plano de Saneamento Financeiro de Município de Cantanhede: Relativamente ao ponto apresentado para apreciação, discussão e votação, importa considerar o seguinte: - Considerando que a apresentação do presente relatório decorre de uma obrigatoriedade legal. - Considerando que a operação de saneamento financeiro que este Município concretizou foi de 16.000.000,00 euros, autorizada em reunião do executivo camarário de 15 de dezembro de 2009 e, subsequentemente, na sessão da Assembleia Municipal de 23 de dezembro do mesmo ano, aprovada pelo Tribunal de Contas a 31 de março de 2010. - Considerando que os limites de endividamento a considerar para o Município de Cantanhede são de 17.372.693,00 € para o endividamento líquido e de 14.822.169,54 € calculados nos termos da lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro. - Que da análise do presente relatório se pode concluir que o Município ira encerrar o ano de 2014 com um endividamento de média e longo prazo na ordem dos 17.976.273,46 euros. - Sendo espectável que se venha a amortizar, em 2014, o montante de 3.121.139,69 euros e termine com um excesso em endividamento de médio e longo prazo na ordem dos 3.154.103,92 euros face ao limite imposto pela antiga lei das Finanças Locais (Lei n. 02/2007, de 15 de janeiro) não obstante de cumprir a obrigatoriedade de reduzir 10% do montante de dívida em excesso em cada ano subsequente, o que corresponderia a uma redução de 672.719,67 euros. - Considerando os valores constantes no quadro da página 13, referente aos limites recomendados pelo Tribunal de Contas, o endividamento do*

Município reduziu 4.793.543,27 € no ano de 2013. - Considerando que segundo o quadro apresentado na página 14, do limite de endividamento total permitido é de 33.349.881,47 €, e que a 31 de Março de 2014 se encontra já apurado o valor de 25.240.110,26 €, se pode concluir que há uma margem de 8.109.771,21 € para os restantes cerca de 75% do ano de 2014, sendo que o PSF prevê um excesso do endividamento total de 2.057.938,64 € para o ano de 2014, ainda segundo o mesmo quadro. - Pelo anteriormente exposto se recomenda, e tal qual o próprio relatório conclui, deverá ser seguido um trajeto de rigor e prudência, para que, pese embora lenta e progressivamente, o Município retome a sua normal capacidade de investimento, sobretudo tendo em atenção a abordagem ao próximo quadro de apoio comunitário, que nos deverá permitir aceder a todos os meios possíveis para gerar o desenvolvimento económico e de empregabilidade tão almejado por todos e presentemente imprescindível para muitos dos nossos munícipes. Quem deve não pode dar-se ao luxo de ter vícios. É crítico continuar a cortar nas "gorduras e excessos". O Biocant Park é um excelente exemplo de uma possibilidade de fazer crescer o emprego com prioridade para os munícipes do Concelho de Cantanhede. Pelos motivos anteriormente elencados, os Deputados Municipais eleitos pelo PS, abaixo assinados, abstêm-se relativamente a este ponto da ordem de trabalhos."-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o 1.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 19 votos a favor e 5 abstenções;-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2013»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que iria iniciar a sua intervenção pela Prestação de Contas e finalizaria com o Relatório de Gestão. Assim começou por lembrar que o ano de 2013, de acordo com as informações estatísticas, assistiu a uma inversão do ciclo negativo da economia portuguesa, pois o programa financeiro da TROIKA teve reflexos também ao nível autárquico. No entanto, apesar daquelas dificuldades, o Município de Cantanhede conseguiu pelo segundo ano consecutivo encerrar o seu ano com pagamentos a fornecedores completamente regularizados. Informou, também, que a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso veio introduzir na gestão diária dos Municípios mais um instrumento de controlo de execução orçamental, impondo-lhe um cálculo prévio dos seus fundos disponíveis antes de assumir qualquer compromisso. Referiu ainda que o Município teve um orçamento em 2013 de 22.865.000,00 €, com uma receita de 21.568.502,11 € e uma receita cobrada que aumentou relativamente a 2012 em 621.1844,00 €, receita essa que não tem a ver com qualquer acesso à Banca pois o Município não voltou a contrair qualquer empréstimo desde a contração do Plano de Saneamento Financeiro. Acrescentou que as receitas correntes aumentaram 15%, concretamente no que diz respeito aos impostos diretos, o IMI, o IMT e o IUC. Por sua vez, houve uma diminuição ao nível dos impostos indiretos em cerca de 10% e nas taxas em 33%, não só pelo licenciamento ZERO ao nível de mercados, feiras, publicidade, ocupação da via pública, etc, mas também ao nível dos licenciamentos de urbanismo. Quanto às transferências correntes verifica-se que, nos últimos 3 anos o Município de Cantanhede recebeu cerca de, menos de 1.300.000,00€, tendo havido, no presente ano, uma alteração na afetação dos FEF`s. As receitas de capital tiveram uma diminuição de 25%, não só pela alteração da afetação dos FEF`s mas

também porque o Município entendeu que num momento de crise não fazia sentido alienar bens municipais, e porque ficaram por receber algumas receitas do QREN. De seguida informou que as candidaturas submetidas ao QREN são: - O Centro Interpretativo de Arte Xávega; - GNR da Tocha, obra que está em execução de cerca de 207.000,00 €; - Reabilitação de Unidade de Saúde Familiar as Gândras, em Febres que também está em execução por 337.000,00 €; - Em outubro de 2013 a candidatura do Centro Escolar de Cantanhede; - A remodelação do GTL em Ançã; - A recuperação dos moinhos da Taboeira em Cadima e duas candidaturas ao PROMAR para a recuperação de dois módulos, Arte Xávega e centro interpretativo. Informou ainda que o Município também está a dar apoio a outras instituições ou associações, nomeadamente, a Escola da Lapa em Ourentã através da Associação da Lapa, a escola Velha de Lemedede, em Cantanhede através da Junta de Freguesia de Cantanhede e Pocariça, a escola Velha do Montouro em Covões e a Casa Gandaresa por 2 associações, em Cadima a recuperação da casa amarela através da Junta de Freguesia, a Escola Velha de Outil está em fase de conclusão e a Escola Velha de Vila Nova foi submetida pela Junta de Freguesia de Portunhos e Outil, em Febres e apresentada pela Junta de Freguesia, a casa Carlos de Oliveira também já concluída, faltando a parte do mobiliário, embora no momento não poder ser preenchida uma vez que está a ser ocupada pela Extensão de Saúde de Febres. Acrescentou que todas aquelas candidaturas foram subsidiadas pela Câmara Municipal. Informou ainda que foram enviados para visto do Tribunal de Contas o pavilhão de Febres e o parque desportivo de Cadima. Relativamente às fontes de financiamento, informou que as receitas próprias representam cerca de 42% das receitas totais, tendo aumentado em cerca de 250.000,00 € o que revela um certo grau de independência do Município, o que é bastante agradável porque se

conseguiu, em algumas vertentes, atingir os melhores valores de sempre, dando como exemplo, que a taxa da execução da receita corrente liquidada de 105% foi ultrapassada e a receita de capital teve uma execução de 52%, superior à do ano anterior. Acrescentou que a receita total cobrada ultrapassou os 94%, quando em 2012 foi de cerca de 69%, o que revela também a fiabilidade cada vez mais precisa dos documentos previsionais. Informou também que as quantias liquidadas e não cobradas pelo Município atingem os 650.000.00€, menos 231.000.00€ do que em 2012. Do lado da despesa, informou que a mesma foi de 19.702.775,98 €, mais 851.000.00€ do que no ano anterior, o que representa mais 4,5%. Esclareceu que a despesa corrente atingiu cerca de 11.500.000,00 €, com uma execução de despesa realizada na ordem dos 90%, o que significa que a Autarquia não realizou despesas para a qual não tivesse a sua cobertura financeira. Esclareceu também que houve um aumento de 6% nas despesas de funcionamento comparativamente ao ano de 2012, sendo que, ao nível do pessoal atingiu um valor de 4.800.000.00€, mais 172.000.00€ do que o ano anterior, decorrente do aumento das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações que passaram de 15% a 20%, e das contribuições para a Segurança Social que passaram de 17.2% para 18.6%, mas também do pagamento dos subsídios de férias que estava congelado e que não tinha sido pago no ano anterior. Referiu ainda que, se se retirarem estas situações o Município teria reduzido a massa salarial e que, cessaram também alguns contratos de trabalho e houve aposentação de funcionários que não foram substituídos. Relativamente às aquisições de bens e serviços, informou que a verba é de 3.731.284,00 €, a qual diminuiu cerca de 670.000,00 € relativamente ao ano anterior em cerca de 15%. Informou ainda que as aquisições de serviço ultrapassam os 2.700.000,00 € e exemplificou com algumas rúbricas, nomeadamente, iluminação pública com

863.000,00 €, encargos com as instalações 528.000,00 €, transportes 402.000,00 €, encargos de cobrança de receita e pagamentos que a Câmara pagou à autoridade tributária e aduaneira pela cobrança de impostos municipais 148.568,00 €. No que toca às despesas de capital, referiu que para obras municipais existem 3.766.108,00 €, mais 311.500,00 € do que o ano anterior. Nos encargos assumidos e não pagos, o ano terminou com 463.768,55 €, representando dívidas a fornecedores não vencidas a 31 de dezembro, existindo alguns valores com causas imputáveis ao credor, quer por falta de certidões ou por falta de notas de crédito. Acrescentou que aquele valor poderia ter sido ultrapassado uma vez que existiam disponibilidades de 1.865.000,00 €. Referiu que a execução da despesa total atingiu, em 2013, 88,19% o que revela mais uma vez o grau de cumprimento dos documentos previsionais além do respeito pelas obrigações contratuais. Relativamente ao nível da poupança, indicador que se obtém através da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, que atingiu o valor de 5.363.198,63 €, nunca antes atingido, representando mais 71% do que em 2012, tendo recordado que o melhor ano de sempre do Município em termos de poupança tinha sido o ano de 2005 com 3.443.000,00 €. Informou ainda que aquele valor aumentou pela diferença da alteração dos FEF's, contudo mesmo sem essa alteração o ano de 2013 teria sido o melhor ano de sempre da Câmara em termos de poupança. Relativamente ao endividamento à banca, no valor de 22.954.871,00 €, informou que tem uma tendência forte de diminuição, pois baixou 463.768, embora haja uma discrepância em alguns mapas que vêm no relatório. Acrescentou que o endividamento foi reduzido em 2.847.669,18 €, maior valor de sempre que a Câmara atingiu em termos do endividamento. Relativamente ao endividamento líquido, pelo 4º ano consecutivo, o Município contribui para a redução do deficit do subsector das autarquias locais nas

contas públicas nacionais em 5.272.240,00 €. De seguida, informou que, relativamente à Lei dos Pagamentos em Atraso, o Município cumpriu integralmente o estipulado no que se refere ao pagamento e aos fundos disponíveis, não tendo havido, em nenhum mês do ano de 2013, qualquer registo de pagamentos em atraso. Acrescentou que os fundos disponíveis de compromissos ainda têm uma folga considerável, o que se comprova pela receita cobrada bruta que é de 21.568.502,00 € e a despesa comprometida de 20.897.399,00 €. Quanto ao artigo 96 da Lei 66/2012 do Orçamento do Estado de 2013, informou que, durante o ano de 2013 a dívida de médio e longo prazo foi amortizada em 4,14%, cumprindo exatamente o que era estipulado por Lei. Relativamente ao prazo médio de pagamentos calculado através da fórmula definida pela DGAL, concluiu-se o ano com um prazo médio de pagamentos de 24 dias. Quanto às grandes opções do plano, informou que ficaram afetos às funções sociais cerca de 2 milhões de euros, ao ensino não superior cerca de 870 mil euros e ao desporto e lazer 571 mil euros, à requalificação urbana e às infraestruturas urbanísticas a verba de 387.155,00€, às funções económicas onde se situam a requalificação das redes viárias, passeios, obras complementares a verba ultrapassa 1.600.000,00 € e às funções gerais das instalações municipais e modernização tecnológica 192.000,00 €. Referiu também, que ao nível das atividades mais relevantes novamente se destaca o ensino não superior com mais de 1.300.000,00 €, englobando as refeições e os transportes escolares, a cultura e o desporto com 234.597,00 €, a iluminação pública que ultrapassa os 860.000,00 € e a transferência feita para o BIOCANT pelo valor de 150.000,00 €. Informou ainda que nas outras funções, o destaque vai para a verba de 83.872,69 € que tem a ver com as transferências e os protocolos estabelecidos com as Juntas de Freguesia, englobando os protocolos habituais dos materiais e

alguns subsídios. Relativamente ao balanço, informou que o ativo bruto atingiu um valor de 167.207.584,00 €, mais 5.000.000,00 € que no ano anterior, sendo que todas as rubricas sofreram variação positiva, existindo um aumento absoluto de 3.800.000,00 € no domínio privado, que teve a ver com a avaliação feita aos Olhos da Fervença, que não estavam avaliados, e alguns do domínio público com um aumento de 1.700.000,00 €, que tem a ver com obras feitas por administração direta, pelos funcionários da Câmara Municipal. Relativamente à demonstração de resultados, verifica-se que houve uma diminuição efetiva de custos de 921.752.000,00 € e um aumento dos proveitos de 1.485.826,00 €, tendo aumentado também os proveitos operacionais, o que traduz a capacidade da Câmara em gerar proveitos. De seguida, fez uma análise breve aos rácios que se podem também ver projetados ao nível de autonomia financeira que ultrapassa os 60%, o que evidencia a capacidade da autarquia de financiar o seu ativo através de capitais próprios sem ter de recorrer a financiamento externo. Referiu ainda que o índice de insolvência e o do equilíbrio financeiro das contas da autarquia é ainda avaliado pelo aumento do rácio de solvabilidade por ativos financeiros, por capitais próprios versus os ativos financiados por capitais alheios. Acrescentou que há uma diminuição constante e significativa do indicador de endividamento com menos dependência de capitais alheios e que o imobilizado líquido da Autarquia foi de 90% coberto de capitais permanentes. Informou ainda que, de todo este trabalho resultou um resultado líquido de exercício de 3.338.833,46 €, o que representa mais 2.400.000,00 € do que em 2012. Finalmente informou que, todos estes resultados, são o culminar do acompanhamento constante, não só do Executivo, mas também de todos os trabalhadores da Câmara Municipal. De seguida, fez uma apresentação sobre

atividade dos diversos Serviços da Autarquia, constante do Volume II do Relatório de Gestão do ano de 2013, a qual acompanhou com uma projeção de slides. -----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, o qual deu os parabéns pela forma como foram apresentados o Relatório de Gestão e o Relatório de Atividades.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Dr. Luis Pato, o qual questionou sobre o facto do Município de Cantanhede não estar representado através das redes sociais, e pelo boletim média, uma vez que 57% da população portuguesa usa os serviços da Internet, 17% utilizam redes sociais e 13.7% utilizam a rede social FACEBOOK. De seguida referiu que, compreende que, a utilização de uma rede social para quem está no poder, poderá não ser conveniente em alguns momentos por causa da cultura participativa em que subjazem este tipo de serviços. De seguida referiu que ao olhar para o site da Câmara, considera que o espaço está elegante, mas, após fazer um teste de acessibilidade, detetou alguns erros crassos, tal como a regra dos 3 passos, pela qual se tem de conseguir um objetivo quando chegamos a uma interação com um ecrã.-----

----- Pediu a palavra o Sr. João Paulo Vagos, o qual, após dar os parabéns à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara pela forma como apresentou o Relatório de Gestão, apresentou uma declaração de voto subscrita pela Bancada do PS, do seguinte teor: *“Tendo em conta o documento posto à apreciação, discussão e votação, o relatório de gestão e documentos de prestação de contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2013, e após a sua análise de forma exaustiva compete-nos reforçar o seguinte: A receita corrente apresenta um desvio positivo, tendo a Câmara arrecadado mais de 5,9% de valor que o previsto. Nas receitas correntes, mais de 1 milhão de euros que o previsível foi proveniente do imposto municipal, IMI (mais de*

30% que em 2012). A receita relativa ao IMI é de mais de 4,444 milhões de euros, representando cerca de $\frac{1}{4}$ do total das receitas correntes. Esta situação vem dar razão às nossas propostas apresentadas para a Câmara baixar, para a taxa mínima, o IMI dos prédios urbanos, uma vez que havia a previsão de maior arrecadação de receita (como se veio a verificar), resultante da reavaliação dos imóveis que atualizou os valores patrimoniais das habitações. A receita com o imposto sobre veículos IUC também subiu em 22,3% face a 2012, representando quase 900.000 euros. Quanto à Derrama, teve um decréscimo de 11,3% resultante em grande medida pela difícil conjuntura económica atual, em que as empresas estão a obter menos lucros e muitas delas, em processos de insolvência. A rubrica “Outras” transferências correntes cresceu quase 500.000 euros. Houve também um aumento de mais de 300.000 euros na rubrica “Subsídios”. Regista-se como facto positivo a questão da poupança ter aumentado, no entanto, a explicação reside no facto de ter aumentado a receita de impostos-IMI e de o Estado ter aumentado as transferências correntes, tendo a despesa corrente apenas descido 34.587 euros, relativamente a 2012. Transitam, ainda, para o ano 2013, mais de 460 mil euros de encargos assumidos e não pagos. A Câmara ainda tem dívidas a terceiros para com 138 empresas, num montante de 463 mil €. O endividamento da Câmara é de 30 milhões, em que a dívida de médio longo prazo totaliza 23 milhões e a dívida de curto prazo é superior a 6,1 milhões de euros. Os encargos com a dívida municipal de médio-longo prazo têm vindo a crescer, passando de 2,3 milhões € em 2011 para 3,15 milhões € em 2013. Estes encargos com a dívida juros foram em 2013, superiores a 300.000 €. Pelas razões acima elencadas, os deputados eleitos pelo Partido Socialista à Assembleia Municipal de Cantanhede abstêm-se quanto ao

ponto em discussão, o relatório de gestão e documentos de prestação de contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2013.”-----

----- De seguida, o Sr. Manuel Augusto dos Santos procedeu à leitura de uma declaração de voto apresentada pela Bancada do PSD, do seguinte teor: “A declaração de voto do PS constante da ata da Câmara Municipal que aprovou o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2013, que discutimos e aprovámos aqui e agora, reconhece a fiabilidade do orçamento e da taxa de execução do Município de Cantanhede, nomeadamente, que as despesas com o pessoal se situam apenas nos 25% do total das despesas correntes e que a poupança do exercício aumentou em relação aos anos anteriores. Ficou apenas por dizer que foi a melhor poupança de sempre, e isto conseguido numa conjuntura económica sobejamente conhecida como muito adversa. Afirma porém que a dívida de curto prazo da Câmara é de 6,1 milhões de euros, o que é manifestamente incorreto, já que nesta verba estão incluídos os contratos de locação e leasing. Uma outra apreciação é a de que, estando a Câmara a pagar aos fornecedores a 24 dias, está muito pior que as vizinhas Câmaras da Mealhada e Anadia, que liquidam a 2 dias! Pela nossa parte, e numa perspetiva empresarial, dizemos que está efetivamente mal: deveria liquidar a 30 dias e não a 24. Como todos sabemos, o recebimento normal na ótica comercial é a 30 dias: se liquidar até 5 dias, terão de negociar-se os descontos de pronto pagamento, que podem atingir poupanças significativas na gestão de tesouraria; por outro lado, aumentaria os prazos dos depósitos bancários a curto prazo, com evidentes benefícios. Ou seja, a Câmara fechou o exercício de 2013 sem dívidas de curto prazo, e, apesar de ter descido o IMI em relação a 2012 e de ter beneficiado com 0,5% a derrama para as pequenas e médias empresas, aumentou o património

e diminuiu a dívida total, graças ao resultado líquido superior a 3 milhões e 300 mil euros. Perante o exposto a bancada do PSD congratula-se com o elevado grau de exigência, profissionalismo e visão política assertiva do executivo, desejando que não se desvie do rumo traçado, e dar os parabéns a todo o corpo de Trabalhadores do Município por este trabalho visível apresentado, incluindo o power point que acabámos de visualizar.”-----

----- Finalmente retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, solicitando aos Sr.s Presidentes de Junta que informem o Município das datas de aprovação das minutas dos acordos de execução e dos Protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia, tanto pelas próprias Juntas de Freguesia como pelas Assembleia de Freguesia, sem as quais não se consegue formalizar a assinatura daqueles documentos. De seguida agradeceu na pessoa da Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Maria Helena Teodósio, o trabalho que conduziu com toda a equipa, não só a que faz parte do controlo orçamental, mas também ao nível da execução e que foi plasmado na apresentação efetuada, o que tornou muito mais fácil a visualização e a apreensão de toda a matéria referente ao Relatório de Gestão. De seguida, relativamente ao caminho que a Câmara está a seguir na consolidação das suas contas, informou que apesar, de se ter vindo a melhorar ao longo dos anos, o Município não deixa de apostar nos investimentos que considera prioritários, através de candidaturas a fundos comunitários ou a obras de maior dimensão bem como ao nível da ADELO em obras de menor dimensão financeira. Referiu que no último ano encontram-se cerca de 13 ou 14 obras em execução, espalhadas por todas as freguesias. Recordou que o Centro Educativo de Cantanhede vai entrar em obra brevemente, o Pavilhão da Gira-Sol também, embora seja o esforço financeiro da própria IPSS, o BIOCANT III, a GNR na Praia da Tocha, a USF As Gândras, o GTL

de ANÇÃ, a obra da Taboeira, a Escola da Lapa, a Escola Velha de Lemedede, o que revela a disponibilidade financeira para avançar com os concursos e poder candidatar estes projetos a fundos comunitários, não só neste quadro comunitário de apoio, mas também no próximo. Acrescentou que, o mandato passado foi o mandato em que se fez mais investimento ao nível do Município e que, apesar de se ter criado dívida num determinado ano, estão-se a saldar essas mesmas dívidas paulatinamente, não deixando de se fazer investimento nos projetos considerados prioritários. Referiu também que o BIOCANT continua a ser um risco assumido por todos sendo que, muitas das empresas recém formadas são suportadas por investimento, tanto de capitais próprios como de fundos comunitários. Acrescentou que, dessas empresas, possivelmente algumas já definharam e outras foram absorvidas, como foi o caso da Crioestaminal, por capitais de risco norte americanos com a intenção de serem líderes europeus. Acrescentou ainda que, é neste risco que se vai construindo o futuro, e que está convencido que a grande maioria dos seus projetos vão ter sucesso e terão o reflexo também para o Concelho, nomeadamente, para a empregabilidade ao nível de quadros qualificados ou para a atratividade para a instalação de novas empresas, como aconteceu com a Converde ou a Chemical, com investimentos consideráveis, bem como com a criação de emprego. Afirmou ainda estar convencido que, dentro de meia dúzia de anos, o Concelho estará muito melhor e continuará a atrair investimento direto e mesmo estrangeiro. Referiu ainda que esteve no Brasil, à cerca de 1 mês e meio, a convite da Secretaria de Estado da Ciência do Governo do Ceará, a quem o Município forneceu um conjunto de informações sobre o modelo do Biocant. Acrescentou que, através da parceria estratégica celebrada com o Governo Brasileiro, pretende-se, acima de tudo, para além do intercâmbio que possa haver entre cientistas e entre as

empresas, que se abra uma porta às empresas de biotecnologia brasileiras para o BIOCANT. Informou ainda que existem 3 empresas de biotecnologia brasileiras que querem vir para a Europa, sendo que, uma delas está hesitante em escolher, para sua sede europeia, a Holanda ou Portugal, encarando seriamente sediarem-se em Cantanhede, o que representa a constituição de uma empresa com uma sede social em Cantanhede, no fundo servindo de porta para a Europa Comunitária. Finalizou a sua intervenção considerando que é um sinal positivo e que o Município continuará a apostar em aceitar os desafios futuros que terão, com certeza, muito sucesso.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2013, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 18 votos a favor e 7 abstenções.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, sendo 19h45 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente:

----- O Primeiro Secretário:

----- A Segunda Secretária: